

Senado aprova socorro a estados em dificuldades

Plenário autoriza estados a participarem do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal, que possibilita financiamento junto à Caixa Econômica Federal



Os senadores das três comissões que analisam o projeto Sivam receberam ontem um relatório da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) sobre a proposta do go-

verno. Os cientistas demonstram no documento que o custo do Sivam, na realidade, será de US\$ 1,77 bilhão e que a indústria brasileira "é inteiramente excluída" da execução. **Página 4**

Tuma critica idéia de indultar criminosos

O senador Romeu Tuma (SP) criticou ontem projeto de decreto presidencial apresentado pelo Ministério da Justiça, que concede indulto especial e condicional de Natal a presidiários cuja pena seja inferior a seis anos, sob a justificativa de despoamento das prisões.



Tuma

A proposta, caso aprovada, atingirá cerca de 30% do número total de presos recolhidos, "entre eles criminosos reincidentes e violentos, condenados principalmente por roubo, cuja pena costuma ser menor que seis anos", informou Romeu Tuma.

Teotônio exalta benefícios para idosos e deficientes

A assinatura do decreto que regulamenta a concessão de um salário mínimo mensal aos idosos e aos portadores de deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem tê-la provida por sua família, foi apontada pelo senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) como prova da sensibilidade social do presidente Fernando Henrique Cardoso e testemunho da preocupação do governo com o bem-estar da parcela mais desassistida da população.

- O que temos nesse episódio é a explicitação do verdadeiro sentido da social-democracia

que desejamos para o nosso país: um Estado em que não haja privilégios nem reservas à livre iniciativa, mas cujos cidadãos incapacitados para o trabalho, por idade ou deficiência, não sejam excluídos dos frutos do desenvolvimento - afirmou.

O decreto regulamentado a Lei 8.742/93, e permite o benefício aos idosos com mais de 70 anos e às pessoas portadoras de deficiência física, ainda que estejam internados em hospitais, sanatórios ou asilos. Abrange, ainda, os naturalizados e domiciliados no Brasil sem amparo pelo sistema previdenciário do país de origem.



Teotônio

O Senado aprovou ontem nova resolução sobre endividamento estadual e uma resolução que autoriza os estados a participarem do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, aprovado pelo Conselho Monetário Nacional. Por esse programa, os estados poderão tomar financiamentos junto à Caixa Econômica Federal, inclusive para pagar salários atrasados.

A nova resolução sobre endividamento, já promulgada pelo presidente do Senado, José Sarney, mantém em 11% o comprometimento máximo da receita líquida real dos estados com prestações de dívidas antigas com a União, mas incluiu na renegociação com o governo dívidas das companhias habitacionais dos estados. **Página 3**

Mudanças no IR também são aprovadas

As normas do Imposto de Renda para pessoa física para o ano que vem foram aprovadas ontem pelos senadores, já no final da noite. Pelo projeto, fica eliminada a alíquota de 35% para os altos salários. Restam duas alíquotas - 15% para salários de R\$ 900,00 a R\$ 1.800,00 e de 25% para salários acima de R\$ 1.800,00. Outra novidade: a volta do desconto simplificado de 20%, na hora de declarar o IR, já no início de 97, independente de comprovação com documentos. Também foram aprovadas mudanças no IR para pessoa jurídica. **Página 3**

CCJ dá nova "anistia" a estrangeiros

Os estrangeiros que se encontram em situação irregular no Brasil, desde que comprovem estada no país há pelo menos cinco anos, poderão ter mais uma oportunidade de requerer o registro provisório de residência.

A nova "anistia" a estrangeiros nessa situação foi decidida ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), com a aprovação de substitutivo apresentado pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG) a projeto da Câmara dos Deputados.

Segundo o senador, desde 1969 o governo já concedeu, com pouco sucesso, três oportunidades para que estrangeiros regularizassem sua situação no país. Em 1981, esperava-se quase um milhão de pedidos de registro, mas ocorreram apenas 28 mil, "por desconfiança dos propósitos governamentais".

Ainda ontem, a CCJ, presidida pelo senador Íris Rezende (PMDB-GO), aprovou também projeto da Câmara que estende aos psicólogos a mesma jornada de trabalho de 20 horas semanais estipulada para médicos e cirurgiões-dentistas, bem como o mesmo piso salarial.

O projeto recebeu parecer favorável do relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Os dois projetos aprovados pela comissão dependem ainda de aprovação do plenário do Senado.

Decisão do TST ameaça Plano Real, alerta Coutinho Jorge

Relator da medida provisória da desindexação pede exame de seu substitutivo como alternativa ao reajuste integral concedido pelo tribunal

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA), relator da Medida Provisória da Desindexação, manifestou ontem sua preocupação com o fato de o Tribunal Superior do Trabalho (TST) ter concedido aos funcionários do Banco do Brasil reajuste salarial de 25%, com base na inflação total do período de setembro de 1994 a outubro de 1995.

Coutinho alertou que a decisão pode comprometer o Plano Real por criar precedentes para outras categorias trabalhistas na

negociação dos dissídios e promover a volta da inflação. Ele pediu ao Congresso que torne a examinar a MP da Desindexação e aprove o seu substitutivo que prevê a concessão de reajustes de 100% da inflação para os trabalhadores que percebem até três salários mínimos e 80% para os que ganham acima disso.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES), em aparte, infor-



Coutinho Jorge

mou que uma das consequências inflacionárias do reajuste concedido pelo STJ pode ser medida pelo aumento do dólar no paralelo. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) contestou

Camata, ressaltando que os bancários da iniciativa privada receberiam reajuste semelhante.

Coutinho Jorge também comunicou ao Plenário a sua filiação ao PSDB, no último sábado.

Júnia acusa governo de afrontar a Justiça

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) disse ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso foi "apressado e inoportuno" ao afirmar que o Banco do Brasil terá de fazer



Júnia Marise

demissões caso seja mantida a decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) concedendo um reajuste de 25% aos funcionários daquela instituição. Júnia Marise considera a declaração do presidente como "uma afronta aos funcionários do banco e à Justiça".

O senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), em aparte, ressaltou que "aumento de salário todo mundo pode dar, só que alguém tem que pagar". A seu ver, é evidente que o TST

tem poder constitucional para tomar a decisão que tomou, "pena que não tenha o poder de dizer quem é que paga", disse ele. Na opinião do senador, esse aumento terá que ser repassado à população como um todo, que acabará pagando pelo reajuste.

Aprovada indicação de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado aprovou três mensagens presidenciais indicando embaixadores: Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, para o Uruguai, Carlos Antonio Bettencourt Bueno, para a Irlanda, e Roberto de Abreu Cruz, para Santa Lúcia.

Na mesma reunião também foram aprovados os textos de dois atos internacionais firmados pelo governo brasileiro. Um acordo de cooperação com o governo de Cuba, para o combate ao tráfico de drogas, e outro com a FAO, autorizando o uso de peritos em cooperação técnica entre países em desenvolvimento.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Apreciação do *PLC nº 138/95, que cria gratificação temporária devida aos servidores ocupantes do cargo de patrulheiro rodoviário federal; dos *Requerimentos nºs 1.183/95, solicitando a inclusão em Ordem do Dia da PEC nº 20/95, e 1.193/95, solicitando a inclusão do PLC nº 13/91 - Comple-

mentar, que dispõe sobre a edição e o processo legislativo das medidas provisórias; do *PLC nº 112/95, que fixa os efetivos de oficiais da Marinha em tempo de paz; e do *PLS nº 161/95, que dispõe sobre o Plano Nacional de Desestatização; entre outras matérias.

14h30 - Sessão do Congresso Nacional

Pauta: Apreciação de projetos de lei.

Aprovado programa que socorre estados em crise

Nova resolução mantém em 11% o comprometimento máximo da receita líquida dos estados, mas inclui dívidas de companhias habitacionais

Os senadores aprovaram ontem nova resolução sobre endividamento estadual e uma resolução que autoriza os estados a participarem do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, aprovado pelo Conselho Monetário Nacional. Por esse programa, os estados poderão tomar financiamentos junto à Caixa Econômica Federal para que saiam das atuais dificuldades financeiras. Isto possibilitará, inclusive, que alguns paguem salários atrasados.

A nova resolução sobre endividamento, já promulgada pelo presidente do Senado, José Sarney, mantém em 11% o comprometimento máximo da receita líquida real dos estados com prestações de dívidas antigas com a União, mas incluiu na renegociação com o gover-

no dívidas das companhias habitacionais dos estados.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) foi o relator de várias resoluções que pretendiam reduzir os comprometimentos

Assunto gerou polêmica

A votação da resolução foi precedida de um intenso debate. No geral, os senadores apontaram o Plano Real, com a consequente queda inflacionária, juros altos e queda de arrecadação, como a causa básica das dificuldades estaduais.

Os senadores Esperidião Amin (PPB-SC) e Vilson Kleinübing (PFL-SC) advertiram que novos endividamentos não resolverão os problemas dos estados. Amin apresentou estatística onde se constata que as arrecadações dos atuais governadores aumentaram

mentos estaduais no pagamento de dívidas com o governo federal. Ele apresentou substitutivo, o qual foi aprovado por 47 votos favoráveis, 6 contrários e 4 abstenções.

em até 40% e, por isso, não se justificava a permissão para que os governos tomassem empréstimos junto à CEF.

Participaram dos debates os senadores Jefferson Peres (PSDB-AM), Eduardo Suplicy (PT-SP), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), José Eduardo Dutra (PT-SE), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Ney Suassuna (PMDB-PB), Júnia Marise (PDT-MG), Íris Rezende (PMDB-GO), Júlio Campos (PFL-MT), Jáder Barbalho (PMDB-PA) e Pedro Simon (PMDB-RS).



Ney Suassuna

Suassuna pede ação para mudar quadro de exclusão social

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que a concentração de renda e a exclusão social demonstradas em pesquisa feita na cidade de São Paulo exigem iniciativas do governo no sentido de reverter esse quadro.

- Na cidade mais rica do país convive Barcelona e Somália: de um total de 96 distritos, 73 estão em área de exclusão social - registrou ele.

Suassuna afirmou que as desigualdades encontradas em São Paulo são as mesmas ou até mesmo menores que as existentes entre as diferentes regiões do país.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) denunciou que o governo está pregando "um programa do FMI sobre os estados, e isso aprofundará ainda mais as desigualdades".

Convocação pode começar só no dia 8

Atendendo a um apelo do senador Edison Lobão (PFL-MA), o presidente do Senado, José Sarney, consultou o presidente da Câmara, Lufs Eduardo Magalhães, com quem decidiu levar sugestão ao presidente da República para que convoque extraordinariamente o Congresso a partir de 8 de janeiro. Neste caso, o Congresso Nacional deverá entrar em recesso a partir da próxima segunda-feira.

Dutra insiste em votar o projeto da Vale

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) dirigiu ontem apelo aos senadores para que seja votado hoje o projeto de lei de sua autoria



Dutra

que condiciona a privatização da Companhia Vale do Rio Doce a autorização do Congresso.

Dutra conclamou os senadores a não acatarem a orientação das lideranças dos partidos governistas. Segundo o senador, a tática dessas lideranças será a de retirar o *quorum* de votação. Em aparte, Júnia Marise (PDT-MG) solidarizou-se com Dutra e defendeu que o centro do debate sobre a privatização de estatais deve ser o Congresso.

Novas regras para o Imposto de Renda

O Senado aprovou ontem à noite o projeto do Executivo que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido.

A principal alteração é a redução da alíquota básica, que caiu de 25% para 15%. Conforme o projeto, a parcela do lucro real, presumido ou arbitrado, apurado anualmente, que exceder a R\$ 240 mil, sujeita-se à incidência de adicional de imposto de renda à alíquota de 10%.

Ao relatar a matéria em plenário, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que "o projeto trará ganhos

significativos para a sociedade".

A maioria dos senadores posicionou-se contra os artigos que capitulam como crime a revelação pelo auditor fiscal, procurador da Fazenda, membro do Ministério Público, autoridade policial ou servidor público de informações protegidas pelo sigilo fiscal ou bancário.

Vários parlamentares entenderam que a medida servia para punir o fiscal zeloso da Receita em benefício do sonegador. Depois de longa discussão, o líder do governo, Elcio Álvares (PFL-ES) prometeu que o presidente da República vetará os três artigos.

ACM critica absolvição de Nilo Coelho pelo STJ

A decisão do Superior Tribunal de Justiça que absolveu o ex-governador baiano Nilo Coelho da acusação de uso de dinheiro público em benefício próprio foi duramente criticada ontem pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

De acordo com o senador, a absolvição foi decidida contra o voto do relator da matéria e de mais três ministros daquele tribunal, e prejudica o estado da Bahia.

Nilo Coelho fora processado por ter levado a família e alguns amigos para passar uma semana em um *spa* do litoral baiano às custas do governo daquele estado, lembrou o senador.

Cabral registra inaugurações em rede de TV

A inauguração das novas instalações da TV Acre e TV Rondônia, da Rede de Televisão Amazônica, foi destacada ontem pelo senador Bernardo Cabral (AM) que registrou o seu comparecimento às solenidades de comemoração dos 21 anos de ambas as emissoras.

Segundo Bernardo Cabral, com moderno equipamento e dispondo do sistema multimídia, a rede propiciará a integração que a região tanto necessita, "desde que o governo se descuidou da Amazônia".



Cabral

SBPC afirma que Brasil não terá domínio sobre informações do Sivam

Relatório destaca que indústria brasileira fica "totalmente excluída" do projeto e que país não será o único detentor das informações

Pelo contrato comercial firmado com a Raytheon, o Brasil assumirá uma dívida de US\$ 1.771.624.035, a indústria brasileira "é inteiramente excluída" e o país não será o único detentor do acesso às informações geradas pelo sistema de vigilância. Estas são as principais conclusões do relatório da comissão da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) entregue ontem por Sérgio Ferreira, presidente da entidade, ao presidente das três comissões do Senado que investigam o caso Sivam, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator da comissão conjunta do Senado, quis sa-



Ramez Tebet e Antonio Carlos ouvem Sérgio Ferreira (D), da SBPC

ber se os bens a serem comprados no exterior têm similares no país. Pelo contrato, estão previstos US\$ 720 milhões para este fim. Segundo Sérgio Ferreira, "boa fração do material existe no Brasil" e, em alguns casos mais especializados, "ainda não temos capacidade, mas também não tínhamos para fazer o aeroporto

internacional do Rio de Janeiro e fizemos".

Segundo a SBPC, não há domínio da parte brasileira sobre o Sivam, e a responsabilidade pela integração e operação do "pacote" de equipamentos, aeronaves, materiais, *softwares* e serviços do sistema de vigilância é da empresa Raytheon.

Rocha rejeita equipamento sucateado para Amazônia

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) pediu uma ação imediata de toda a bancada da Amazônia para impedir que sejam transferidos para a região Norte equipamentos super-faturados e máquinas sucateadas oriundos de Camaçari, na Bahia, e da termelétrica de Bongô, em Pernambuco.

- E preciso frear a verdadeira humilhação a que se pretende expor a região Nor-



Rocha

te - alertou o senador, que propôs a imediata apuração das denúncias contidas em carta divulgada por Aluísio Mendes, ex-presidente da Eletronorte, pouco antes de ser exonerado do cargo.

Aluísio Mendes, segundo o senador, afirmara que, para suprir as necessidades de energia elétrica da região, querem impingir ao Norte indenização de US\$ 75,2 milhões por seis

máquinas de 25mw quando o mercado oferece outras, mais modernas e de melhor coeficiente produtivo, de 50mw, por US\$ 12,5 milhões cada unidade.

Além disso, o ex-presidente da Eletronorte garantiu que as máquinas de Bongô - que se pretende transferir para a região Norte -, instaladas no Recife em 1974, operaram por poucas horas devido a defeito de instalação e à baixa confiabilidade do sistema de controle.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotonio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impressa no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação: Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo:** Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa:** José do Carmo Andrade ■ **Editores:** Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação: Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos:** Célio Azevedo, Mária Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisor:** Soraya do Carmo ■ **Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**